

Processo TC nº 07918/13

Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com proventos integrais. **Pedido de Revisão**. Julga-se legal o ato e correto o cálculo de proventos elaborado pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1-TC- 4131/2014

- 1. PROCESSO TC Nº: 07918/13.
- 2. ORIGEM: Paraíba Previdência -PBprev
- 3. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:
 - 3.1. APOSENTANDO(A):
 - 3.1.1. NOME: Raimunda Fernandes Rocha.
 - <u>3.1.2. QUALIFICAÇÃO:</u> Professor de Educação Básica 2, Matrícula nº 65.056-1, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura.
 - 3. 1.3. TEMPO DE SERVIÇO: 29 anos, 06 meses e 02 dias.
 - 3. 1.4. IDADE: 64 anos.
- 3.2. FUNDAMENTO LEGAL ORIGINAL: Art. 3°, § 2°, da Emenda Constitucional 41/03 c/c 40, § 1°, III, alínea "a" e § 5° da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional 20/98
- **3.3. DATA DO ATO APOSENTATÓRIO**: 25/07/2005 (Portaria A nº 536, p. 43).
- 3.4. AUTORIDADE EMITENTE: Presidente da PBprev.
- 4. DA CONCESSÃO DO REGISTRO PELO TCE: Acórdão AC1-TC- 364/07 (p. 49).
- 5. DADOS SOBRE A REVISÃO DA APOSENTADORIA:
- **5.1 –DATA DO PEDIDO:** 13/11/2009
- <u>5.2. NOVO FUNDAMENTO LEGAL</u>: Art. 6°, incisos I a IV da EC n° 41/03, c/c o do art. 40, § 5° da CF.
- **5.3. DO ATO APOSENTATÓRIO MODIFICADO :** 04/06/2010 (Portaria A nº 1668, p. 31).
- <u>5.4. ÓRGÃO E DATA DE PUBLICAÇÃO</u>: DOE de 22/07/2010.
- <u>6. RELATÓRIO DA AUDITORIA</u>: Entendeu corretos os cálculos, a legalidade do ato aposentatório revisado em apreço, formalizado pela portaria constante na p. 31 e a concessão do respectivo registro.
- 7. PARECER DA PROCURADORIA: Oral, na sessão, em harmonia com o órgão de instrução.



Processo TC nº 07918/13

DECISÃO DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, no exercício do controle externo previsto na Constituição Estadual, art. 71, inciso II, *in fine*, na sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, deferir o pedido de **revisão de aposentadoria**, no que concerne à modificação do fundamento legal do ato concessório, tendo em vista o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 6°, incisos I a IV da EC nº 41/03, c/c o do art. 40, § 5° da CF, **concedendo registro** ao ato aposentatório revisado da Sra. Raimunda Fernandes Rocha (p. 31), tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos de proventos feitos pela repartição de origem.

Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE - Sala das Sessões da 1ª Câmara, Mini-plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 24 de julho de 2014.

Em 24 de Julho de 2014



Cons. Fernando Rodrigues Catão PRESIDENTE E RELATOR



Marcílio Toscano Franca Filho PROCURADOR(A) GERAL